



Proposta contra supersalários deve ser apresentada na terça

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Kátia Abreu e membros da Comissão do Extrateto chegam à Procuradoria-Geral da República para reunião com Janot

A comissão se reuniu ontem com o procurador-geral Rodrigo Janot. Ele garantiu que não há, no Ministério Público Federal, caso de salários acima do teto

A relatora da Comissão Especial do Extrateto, Kátia Abreu, disse que deve finalizar a proposta sobre o fim dos supersalários na terça-feira. O texto vai regulamentar o pagamento do teto constitucional, com a definição do que faz parte da remuneração do servidor público sujeita ao limite, como subsídios e auxílios. O teto é o salário

dos ministros do Supremo, hoje fixado em R\$ 33,7 mil. Com a regulamentação, a comissão pretende acabar com as dúvidas que permitem pagamentos acima desse valor.

Ontem os senadores se reuniram com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, concluindo os encontros com as principais autoridades do país. **5**

Aposentados do Banespa criticam previdência **8**

Debates no Senado tratarão da primeira infância **2**

Avança indicação de embaixador para a Grécia **8**

Kassab quer mudar exigência imposta a teles **2**

Seguro rural é tema de audiência em Juazeiro **4**



Jonê de Araújo/Agência Senado

Romero Jucá, relator do projeto da repatriação, concede entrevista como líder

Nova repatriação deve ser votada na próxima semana, garante Jucá

O novo líder do governo Temer no Congresso, Romero Jucá, informou ontem que a proposta que reabre a repatriação de recursos no exterior deve ser concluída hoje para que os senadores tenham con-

dições de votar no Plenário na terça-feira. O projeto de Renan Calheiros tramita em regime de urgência e eleva a multa a ser cobrada dos declarantes de 15% para 17,5% sobre os valores informados. **4**

Teto de gastos não afetará saúde, afirma ministro

A proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos não reduzirá os recursos destinados à saúde, garantiu o ministro da pasta, Ricardo Barros, em

audiência na Comissão Mista de Orçamento. Ele afirmou aos parlamentares que a PEC define piso de 15% da receita corrente líquida para a área e não há um teto. **7**

PEC divide opiniões de senadores na primeira sessão de discussão **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Barros (2º à esq.) apresenta balanço da gestão à frente do Ministério da Saúde e defende PEC do Teto de Gastos

Senadores reconhecem ofício de designer de interiores

De acordo com proposta aprovada ontem pelo Plenário do Senado e remetida para a sanção presidencial, o design de interiores não é um ofício exclusivo dos arquitetos. A atividade também pode ser desempenhada por profissionais que tenham curso superior em design de interiores, composição de interior e design de ambientes na especialidade de interiores. Na semana passada, a categoria havia pedido ao Senado a aprovação do texto. **3**



Roque de Sá/Agência Senado

Renan Calheiros (E) conduz votação do texto sobre designers de interiores

Renan pede prioridade para pauta federativa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu à presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Gleisi Hoffmann, agilidade na votação do projeto que trata da renegociação da dívida dos estados e do que possibilita a venda de créditos públicos para entes privados. São projetos importantes da pauta federativa, disse Renan. **3**

Política precisa de mais mulheres, aponta debate

Para conseguir uma maior participação feminina na política, é necessário haver, entre outras iniciativas, estímulo à formação permanente de mulheres para atividades públicas, mudanças na legislação e mais ações afirmativas, disseram participantes de debate promovido ontem pela Procuradoria da Mulher do Senado. **6**



Crianças em creche pública de São José dos Campos (SP): importância das brincadeiras será debatida em evento no Senado

Especialistas falarão sobre cuidados com a infância

Por 3 dias, convidados abordarão temas como famílias homoafetivas e acesso das crianças à tecnologia

ESPECIALISTAS BRASILEIROS E franceses em questões relativas à infância vão participar da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que ocorrerá entre terça e quinta-feira no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

O evento é promovido pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, que há dez anos desenvolve ações voltadas para a defesa dessa fase da vida, que engloba os primeiros seis anos de vida e é considerada primordial na formação e no desenvolvimento da pessoa.

Inscrições

A programação é voltada para representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, pedagogos, educadores, profissionais da saúde e psicólogos, além do

público em geral interessado no assunto.

Desafios emocionais

Entre os palestrantes internacionais, destaca-se Alain Ducouso-Lacaze, professor de psicopatologia clínica na Universidade de Poitiers, na França. Ele trabalha há vários anos com a evolução nas organizações familiares e dirige uma pesquisa sobre o modo como se constroem os laços familiares dos pais e das crianças homoafetivas.

Além da palestra do especialista francês, outros temas que abordam a homoafetividade serão tratados, como os aspectos jurídicos na adoção em famílias homoafetivas e os desafios emocionais e a visibilidade social dessas famílias.

Também serão discutidos no evento o impacto da entrada maciça da tecnolo-

gia no cotidiano infantil, a terceirização no cuidar das crianças, a importância da educação sobre transmissão transgeracional, as infâncias ainda invisíveis no país e o impacto de separações parentais, tanto por divórcio quanto pela impossibilidade do convívio, especialmente da figura paterna.

Livros

No encerramento, haverá o lançamento de livros sobre a primeira infância. A Comissão de Valorização da Primeira Infância tem por meta realizar eventos e ações anuais e editar publicações para difundir debates sobre o tema.

O evento no Senado conta com o apoio da embaixada da França e de outros parceiros institucionais.

Inscrições gratuitas:
<http://bit.ly/semanainfancia>

EUA e Europa viram que é erro limitar gastos, afirma Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu aos parlamentares que analisem os exemplos de outros países antes de votar a PEC que limita os gastos públicos por 20 anos.

Segundo ela, tanto países da Europa quanto os Estados Unidos já estão revendo as políticas de austeridade adotadas para enfrentar a crise. Nos Estados Unidos, relatou a senadora, a promessa de Donald Trump, eleito presidente, é de grandes investimentos em infraestrutura. A União Europeia, acrescentou a senadora, deve anunciar um programa de investimentos que significa uma guinada em relação ao padrão de austeridade adotado nos últimos anos, que não resolveu a crise.

Para Viana, é preciso conciliar agricultura e meio ambiente

Ao afirmar que o Brasil reduziu significativamente a emissão de gases do efeito estufa por diminuir em 80% o desmatamento na Amazônia, Jorge Viana (PT-AC) observou que a preservação da floresta não pode significar o aumento das dificuldades das pessoas que vivem na região.

— Podemos implementar propostas que façam com que a transformação da floresta num ativo econômico implique imediata melhoria da condição econômica das populações que vivem na Amazônia. Isso é fundamental.

Viana disse que é preciso conciliar a atividade agrícola com a preservação ambiental.

Minha função como líder é ajudar país a sair da crise, diz Rose

Rose de Freitas (PMDB-ES) fez um balanço positivo de sua atuação como líder do governo no Congresso. Ela disse que se pauta pela busca de saídas para a crise econômica, ressaltando que esse é o objetivo maior das propostas do governo em análise no Legislativo.

A senadora sublinhou que os parlamentares devem somar forças, pôr o Brasil em debate e corresponder à demanda de trabalho em benefício do país.

— A nação está sofrendo as consequências, como esta grave recessão, de muitas atitudes que não foram tomadas no momento certo.

Kassab pede aprovação de projeto que moderniza telecomunicações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, que pediu o apoio do senador ao Projeto de Lei (PL) 3.453/2015, que trata da modernização das regras do setor de telecomunicações.

O projeto permite que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) transforme as atuais concessões de telefonia fixa em autorizações — espécie de licença mais flexível, que não traz obrigações de universalização, como instalar orelhões. Em troca, as operadoras terão compromissos de investimento, sobretudo em redes de banda larga.

A proposta foi aprovada

na semana passada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e será enviada para o Senado caso não haja recurso para votação no Plenário dos deputados.

Segundo Kassab, a nova lei pode destruir investimentos da ordem de R\$ 50 bilhões na expansão da banda larga.

O pedido ganhou apoio de Renan, que considerou a iniciativa louvável em função da necessidade de novos investimentos para o Brasil. Ele disse que vai trabalhar para incluir a proposta na pauta do Plenário até o fim do ano.

Kassab esteve no Senado acompanhado de representantes do setor de telecomunicações.

(Com informações da Presidência do Senado)

Evento abordará desafios do país nas próximas duas décadas

Como será o cenário mundial nos próximos 20 anos? Qual será o papel do Brasil? O que esperar da tecnologia, da ciência, da economia e da política? Tudo isso será discutido no 1º Congresso do Futuro, que o Senado promoverá em 8 e 9 de dezembro.

O evento terá como tema “Democracia, comunicação e progresso no mundo digital e sustentável” e será aberto ao público.

Está prevista a participação de professores e cientistas de universidades nacionais e estrangeiras, executivos de grandes empresas e jornalistas.

A programação inclui debates sobre a sustentabilidade e seus desafios no futuro, a Agenda 2030, a segurança alimentar, as políticas públicas para saúde, educação, ciência e tecnologia do futuro, o futuro da comunicação e a

democracia representativa no mundo digital.

Paralelamente, ocorrerá uma mostra interativa de inovações, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A iniciativa é do senador Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da Comissão Senado do Futuro.

— O Congresso do Futuro é a maior demonstração de que o Senado Federal e os senadores estão preocupados em construir um país melhor, projetando o interesse das futuras gerações, e comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da população — afirmou o senador.

O Congresso do Futuro ocorrerá no auditório do Interlegis, no Senado. Mais informações podem ser encontradas em www.senado.leg.br/congressodofuturo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Teto de gastos
9h30 Sessão extraordinária para discussão das PECs 36/2016 (reforma política) e 55/2016 (limite de gastos públicos). Transmissão ao vivo pela internet.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa
9h30 Renan Calheiros preside a sessão.
CRA Seguro rural
14h Seminário em Juazeiro (BA) discute a política de seguro rural no país.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

Profissão de designer de interiores é reconhecida

De acordo com projeto, que agora vai para sanção presidencial, atividade não é exclusiva de arquitetos, podendo ser desempenhada por profissionais de outras formações

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um projeto que reconhece a profissão de designer de interiores e ambientes (PLC 97/2015). A proposta vai agora para a sanção presidencial.

Do deputado Ricardo Izar (PSD-SP), o texto assegura o exercício da profissão a portadores de diploma de curso superior nas áreas de design de interiores, composição de interior, design de ambientes na especialidade de interiores e arquitetura e urbanismo.

O líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), manifestou voto contrário ao projeto, dizendo ser contra a regulamentação de profissões.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que a aprovação do projeto ajuda a abrir um mercado importante.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) explicou que o projeto não fala em regulamentação, para não criar reserva de mercado. Ela ainda elogiou profissionais da área e destacou a capacidade de mobilização da categoria.

No dia 9, Simone acompanhou a visita de designers ao presidente do Senado, Renan Calheiros, quando eles pediram que o projeto entrasse na pauta do Plenário.

— A aprovação desse projeto de lei é um ato de justiça — disse a senadora.



Renan conduz no Plenário a sessão em que senadores aprovaram projeto que reconhece atividade de designer de interiores

Senado inicia discussão da PEC do Teto de Gastos

As opiniões dos senadores se dividiram ontem na primeira sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos.

A PEC 55/2016 terá de passar por mais quatro sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno. Depois, serão mais três sessões de discussão para que tenha votação final.

O líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi um dos que defenderam a proposta em Plenário. O senador afirmou que entre 2008 e 2015 a despesa primária total do governo federal cresceu mais de 50% acima da inflação, enquanto a receita cresceu apenas 17%.

— Não dá para sustentar uma situação dessas — disse.

Segundo ele, a PEC do Teto de Gastos terá uma enorme repercussão sobre o enfrentamento da crise econômica e trará a possibilidade de abrir um caminho para o crescimento sustentado no Brasil.

— E terá uma enorme repercussão sobre o Senado, o Congresso e a forma como é feito o Orçamento. Vai nos obrigar a dizer qual é a prioridade. Vamos gastar em saúde ou em aeroporto? Quanto é possível gastar em cada um?

Para Lúcia Vânia (PSB-GO),

a proposta instituirá um novo regime fiscal no país e ajudará a restabelecer a confiança na economia e a aprimorar os orçamentos públicos e a gestão.

— Nos últimos 15 anos, a despesa pública registrou aumento de 6% ao ano, em média, em termos reais. Esse crescimento pôde ser acomodado por um expressivo incremento nas receitas governamentais, que tiveram alta de 9% ao ano, em média, também acima da inflação. Assim como outras economias emergentes, o Brasil foi beneficiado por um ciclo de commodities, impulsionado pelo desempenho da economia chinesa. Esse ciclo terminou há cinco anos e trouxe reflexos importantes para o mundo — observou.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que o Congresso afastou “um governo que deixou o país caminhar para uma situação de total estrangulamento do ponto de vista econômico e sem perspectiva”. Ele pediu um “voto de confiança” na PEC.

— Quando o PT nega o apoio à PEC 55, é a certeza absoluta de que estamos com o diagnóstico certo. O Brasil passa a ter neste momento as referências de um país que tem governo e que tem apoio do Congresso. É um governo que sinaliza para o exterior,

que tem a partir de agora segurança jurídica.

Direitos

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a proposta retirará da Constituição de 1988 o caráter de Constituição cidadã, que garante ao povo direito à saúde, à educação, à assistência e à Previdência.

A senadora afirmou que foi o PSDB, e não o PT, que aumentou a carga tributária e concentrou tributos na União. Disse ainda que os governos de Lula e Dilma Rousseff não gastaram de forma desenfreada: de 2003 a 2013 houve superávit primário. Somente em 2014 e 2015 o governo começou a ter um déficit, segundo ela, devido à crise econômica mundial, à recessão e à queda de receita.

— Nossos principais parceiros comerciais tiveram problema. O preço das nossas commodities caíram. Tivemos uma redução na nossa produção agrícola de 10%. Como enfrentar tudo isso?

Gleisi defendeu o aumento dos investimentos públicos para enfrentar a crise, na direção contrária do ajuste proposto pelo governo.

Pastor Valadares (PDT-RO) também disse ter dúvidas sobre a constitucionalidade da proposta. De acordo com o senador, os gastos públicos podem ser reduzidos com corte de despesas administrativas e a adoção de medidas que garantam mais eficiência à gestão pública e à prestação de serviços à população.

— O que é inaceitável é qualquer redução nos investimentos em saúde, educação e assistência social. Esses setores precisam exatamente do contrário, de mais recursos.

Dívidas de estados e créditos públicos têm prioridade, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu à presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Gleisi Hoffmann (PT-PR), agilidade na votação dos projetos de lei que tratam da renegociação das dívidas dos estados (PLC 54/2016 — Complementar) e da venda de créditos públicos para entes privados (PLS 204/2016 — Complementar). Para Renan Calheiros, são dois “projetos muito importantes da pauta federativa”.

Gleisi disse que a renegociação das dívidas dos estados estará na pauta de votações da CAE na reunião de terça-feira, quando o projeto poderá ser lido e poderá ser votado o parecer do relator, Armando Monteiro (PTB-PE).

A senadora disse que a

proposta poderá ser enviada para votação em Plenário no mesmo dia, caso haja pedido de urgência.

Audiência

Já quanto ao projeto que permite a venda de créditos públicos para entidades privadas com o objetivo de aumentar a arrecadação da União, estados, Distrito Federal e municípios, Gleisi informou que está prevista uma audiência pública sobre a proposta na CAE na quinta-feira.

Ela solicitou a Renan que a votação do PLS 204/2016 — Complementar em Plenário só ocorra após a audiência pública. O presidente do Senado atendeu e, assim, a análise do projeto deve ficar para a última semana de novembro.



Gleisi: renegociação de dívidas dos estados estará terça-feira na pauta da CAE

Reforma política pode combater insatisfação do eleitor, avalia Benedito

Nas eleições deste ano, a população mostrou sua insatisfação com os políticos e cansaço com a forma como se fez e se faz política no país, disse Benedito de Lira (PP-AL). Para o senador, isso se manifestou por meio das abstenções, votos nulos e em branco, que somaram, no segundo turno, 32,5% dos



votos válidos. O senador defendeu rapidez na análise da reforma política, com propostas que limitem a criação de partidos e estimulem a

participação direta dos brasileiros, por projetos de iniciativa popular e audiências públicas.

— Precisamos envolver a população nesses e em outros meios de politizar o cidadão.



Na opinião de Aloysio, “os gastos desenfreados do governo precisam parar”

Na pág. 7, ministro da Saúde fala sobre o teto de gastos

Jucá recebe hoje texto que reabrirá repatriação

Na primeira entrevista como líder do governo Temer no Congresso, ele disse que a proposta para trazer de volta recursos do exterior deve ser concluída para votação na terça

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) espera contar ainda hoje com o texto-base da proposta destinada a reabrir o programa de repatriação de recursos mantidos irregularmente por brasileiros no exterior. Relator do projeto em discussão no Senado (PLS 405/2016), Jucá disse que a intenção é que os senadores possam “discutir e se preparar” para votar na próxima semana.

O projeto, de autoria de Renan Calheiros (PMDB-AL), passou a tramitar com urgência e deve ser votado diretamente em Plenário, na terça-feira. Jucá observou que a proposta vem sendo também discutida com o Ministério da Fazenda e com a Advocacia Geral da União (AGU), num esforço que visa inclusive aperfeiçoar as regras de repatriação anteriores, para “dar consistência e segurança jurídica” aos declarantes.

A repatriação de recursos foi um dos temas da entrevista que Jucá deu ontem, no mesmo dia em que assumiu

oficialmente a função de novo líder do governo no Congresso. Para o senador, a reabertura do programa de repatriação é uma medida importante para a economia. Dessa vez, a previsão é de que a multa a ser cobrada dos declarantes seja elevada de 15% para 17,5% sobre os valores informados.

— Queremos ampliar a arrecadação e viabilizar esses ativos, para que fiquem regulares no Brasil. Isso é muito importante para a economia.

Veto a políticos

Jucá afirmou que políticos continuarão proibidos de trazer de volta recursos que por ventura estejam no exterior e que as discussões visam apenas liberar ativos de parentes, desde que fique comprovada a origem. Segundo o relator, se o parente possuir atividade econômica em separado, não há razão para que seja prejudicado.

— Tenho dito que a Receita Federal e o Banco Central têm todas as condições de acom-



Romero Jucá, também relator do projeto de Renan para repatriação, informa que os políticos continuarão impedidos

panhar esses ativos e verificar a origem. Por isso, estamos fazendo essa discussão técnica.

Multas

O líder do governo comentou ainda a disputa aberta por estados e municípios que reivindicam parte das multas geradas na primeira fase da repatriação. Por meio de ação apresentada ao Supremo

Tribunal Federal (STF), os estados conseguiram uma decisão liminar. Segundo Jucá, a questão está sendo discutida com a AGU, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e o Ministério da Fazenda, com a intenção de evitar mais um passivo na Justiça.

— A gente sabe da situação difícil que estados e municípios estão vivendo e, portanto, o governo está sensível a buscar solução não só nessa questão da multa. O presidente Michel Temer tem reiterado a preocupação do governo federal com estados e municípios com a busca de soluções para minorar as dificuldades — afirmou.

Prioridades

Como líder do governo, Jucá disse que se empenhará pela aprovação das propostas que ajudem na recuperação da economia do país e também a restaurar a segurança jurídica perdida, a seu ver “um dos males que o PT fez ao país”.

Garantiu ainda que o Orçamento de 2017 será aprovado ainda este ano, elogiando o trabalho do relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Observou que, no calendário aprovado pelos líderes, a votação final no Congresso foi marcada para 14 de dezembro.

— É claro que tem o andamento da Comissão do Or-

çamento e vão existir muitos debates, muitas discussões, mas é muito importante que o Brasil possa iniciar o ano com o orçamento aprovado, bem feito, caracterizando a busca de um equilíbrio fiscal.

Sem embaraços

Jucá, que já foi líder em outros governos, ressaltou ainda que aceitou “sem constrangimentos” voltar ao cargo a convite do presidente Temer, “inclusive em meio a apelos de parlamentares para que reassumisse o comando do Ministério do Planejamento”. A resposta foi dada após ser lembrado do episódio que culminou com seu afastamento da equipe de Temer.

Ele deixou a pasta após divulgação de gravações em que falava em “estancar essa sangria”, suposta referência a pacto para deter as investigações da Lava Jato. Enfatizou que não foi demitido, e que se afastou para evitar “discussões” que atrapalhassem o novo governo.

— Por isso, pedi para sair. Perguntei também ao Ministério Público e ao STF se havia algum tipo de irregularidade ou obstacularização à Lava Jato da minha parte. Até hoje a solicitação não foi respondida, mas continuamos cobrando e eu tenho paciência para aguardar a resposta.

Renan propõe a Temer decidir divisão de multas antes do STF

O presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs ao presidente da República, Michel Temer, que o governo federal se antecipe ao STF e decida os critérios de divisão dos recursos obtidos com a multa na regularização de ativos obtidos no exterior, a chamada Lei da Repatriação. O apelo foi feito na quarta-feira, durante jantar promovido por Temer. O argumento de Renan é de que os estados estão em difícil situação econômica e precisam do socorro da União.

Na semana passada, a ministra do STF Rosa Weber concedeu liminar para o Piauí e Pernambuco, que pedem um repasse maior do que a divisão inicialmente feita pela União em relação aos valores obtidos com a multa cobrada sobre a repatriação.

Por conta dessa liminar, o dinheiro arrecadado com a multa de 15% sobre os valores legalizados no âmbito do programa para esses dois estados — algo em torno de R\$ 23,4 bilhões — terão de ficar depositados em juízo, à espera da decisão do STF. Os valores são referentes ao programa de 2016.

Segundo Renan, o governo deveria se anteciper à decisão final do STF.

— Aproveitei o jantar e propus ao presidente

Temer que ele se antecipe à decisão do Supremo. Ele ficou de convocar reunião com os governadores para a próxima semana, com o objetivo de discutir o assunto — contou Renan.

Aviação e supersalários

Renan também informou que não colocará em votação o PRS 55/2015, que estipula teto de 12% para a cobrança do ICMS no querosene que abastece aeronaves, enquanto não forem retomados os voos cortados, principalmente, nas Regiões Norte e Nordeste.

A votação do projeto foi pedida por dirigentes de empresas aéreas em um encontro com o presidente do Senado.

— O pleito é legítimo, eu o defendo, mas só vamos pautar depois que as empresas devolverem aos estados os voos cortados. Não dá para que esses setores tenham com o Congresso uma relação de pressão, de chantagem.

Renan voltou a criticar o pagamento, pela administração pública, de supersalários.

— É fundamental termos o apoio da sociedade. Como vamos votar teto dos gastos públicos convivendo com esses salários?

(Com informações da Assessoria da Presidência do Senado)

Debate na Bahia analisa renegociação de dívidas e seguro rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne hoje, às 14h, em Juazeiro (BA), para debater o seguro rural e a aplicação da lei que autoriza a renegociação de dívidas de crédito de agricultores (Lei 13.340/2016). A reunião faz parte do ciclo de debates e palestras da comissão referente ao processo de avaliação da política pública sobre seguro rural.

Roberto Muniz (PP-BA) explicou que o evento busca reunir sugestões para um novo modelo de seguro rural e para facilitar a aplicação da Lei 13.340, sancionada em 28 de setembro. O senador

disse ter contribuído na elaboração da norma durante a análise no Congresso, ainda como medida provisória (MP 733/2016). Ele sugeriu a inclusão do tema na pauta itinerante da CRA.

— Todas as comissões permanentes do Senado escolhem anualmente uma política pública para acompanhar, fiscalizar e analisar. A do seguro rural foi a escolhida pela CRA este ano. Acharmos oportuno incluir a discussão da Lei 13.340, ainda mais em um cenário de estiagem prolongada que vivemos — disse.

Segundo o senador, a lei alcança apro-

ximadamente 1,2 milhão de produtores rurais e pode beneficiar pelo menos 200 mil produtores na Bahia. Muniz defende a organização de um mutirão para ir aos bancos agilizar o processo de renegociação das dívidas.

— Os agricultores precisam começar a trabalhar a terra já agora para se beneficiar das chuvas de abril e maio.

A reunião será realizada no Grande Hotel de Juazeiro e terá duas mesas de discussão, uma sobre renegociação de dívidas e outra sobre seguro rural. Foram convidados o superintendente baiano do Banco do Nordeste, Antônio

Jorge Guimarães Júnior; o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, João Martins da Silva Junior; o superintendente do Banco do Brasil em Pernambuco, Marcos Ticianeli; e os secretários estaduais da Bahia Jerônimo Rodrigues (de Desenvolvimento Rural) e Vitor Bonfim (de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura). Também representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura e de agricultores familiares da Bahia.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Proposta da comissão especial vai regulamentar o teto constitucional, com a definição do que faz parte da remuneração sujeita ao limite, como subsídios e auxílios

Comissão deve apresentar texto sobre teto salarial na terça-feira

A COMISSÃO ESPECIAL do Extrateto concluiu ontem a fase de reuniões com chefes dos Poderes e das principais instituições do país, ao se encontrar com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Os senadores já haviam se reunido com o presidente da República, Michel Temer, e com os presidentes dos tribunais superiores, incluindo a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia.

A relatora da comissão, Kátia Abreu (PMDB-TO), disse que a comissão deve finalizar a proposta sobre o fim dos supersalários na terça-feira. O texto definirá quais pagamentos podem ultrapassar o limite constitucional. Segundo a relatora, após as reuniões com os chefes dos Poderes, o trabalho dos senadores será rápido.

Kátia Abreu reafirmou que a comissão não promoverá uma caça às bruxas, verificando casos particulares de servidores, mas estabelecerá uma regra geral. Avisou, porém, que todos os pagamentos que configurarem salário devem ficar restritos ao limite constitucional, que é o vencimento dos ministros do STF.

— Teto é teto. Nós temos que obedecer ao teto. O teto máximo hoje é R\$ 33,7 mil. Ninguém pode passar do teto no que for remuneração. Isso vai ficar definido nessa regulamentação. Se precisam que a gente escreva isso, vai estar

escrito. Então, subsídio, auxílios, isso é teto. Pode ter todos os auxílios que quiserem, mas desde que cumpram a lei e não passem do teto — explicou.

O procurador-geral, Rodrigo Janot, disse aos senadores que não há, no Ministério Público da União, casos de servidores que extrapolem o teto, e que vai pedir ao Conselho Nacional do Ministério Público para uniformizar os portais da transparência estaduais, como forma de garantir o acesso às informações.

Kátia Abreu adiantou que a proposta da comissão acabará com as dúvidas que hoje permitem pagamentos acima do teto.

— Questão número um: o que é subsídio, o que é salário e o que é verba indenizatória. Essa separação é o ponto crítico, é a regulamentação propriamente dita. O segundo ponto é o efeito cascata. O CNJ deverá definir isso para o Judiciário. No Ministério Público, não existe essa cascata. Nós temos que ver para os outros Poderes, para o Executivo e para o Legislativo. Terceiro ponto: as exceções. Hoje exceção do teto são os serviços e atividades médicas e o magistério — afirmou.

A relatora disse ainda que a comissão vai se reunir mais uma vez com a ministra Cármen Lúcia para saber se há decisões judiciais sobre o tema suficientes no país para que o Supremo crie uma súmula vinculante.



Relatora, Kátia Abreu garantiu que a comissão não promoverá uma "caça às bruxas", denunciando casos particulares

Senado acabou com supersalários em 2013, lembra Renan

Ao comentar os trabalhos da comissão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que a questão já foi enfrentada pela Casa.

— Desde 2013, 100% dos servidores do Senado estão dentro do teto. Não foi fácil. Tivemos liminar do STF que obrigou que citássemos, um a um, todos os funcionários que recebiam acima do teto.

Nós fizemos isso — registrou.

Renan acrescentou que a Mesa verificará a situação de servidores que são cedidos para trabalhar no Senado para que não haja casos de funcionários recebendo salários do órgão de origem e do Senado ao mesmo tempo.

— Considero impossível estabelecermos regras para a elevação do gasto público

e fecharmos os olhos para os grandes salários, não apenas no Judiciário, mas também no Legislativo e no Executivo. Aliás, não importa onde seja, o fundamental é que o Senado cumpra seu papel com relação à necessidade de acabarmos, definitivamente, com essa anomalia, que é um acinte à desigualdade que vivemos no Brasil — afirmou.

Mesa pede levantamento sobre teto pago a servidores cedidos para a Casa

A Mesa do Senado decidiu ontem fortalecer os mecanismos para que todos os funcionários que trabalham na Casa cumpram o teto salarial de R\$ 33,7 mil.

— Decidimos hoje que é preciso limitar também o salário das pessoas que estão servindo ao Senado e exercem outro cargo na administração. Ela pode ter dois cargos, mas não pode ganhar dois tetos. Tem que ganhar apenas um — explicou o presidente Renan Calheiros.

Na reunião da Mesa, os senadores decidiram ainda extinguir as funções comissionadas de diretores-

-adjuntos para racionalizar a administração e economizar recursos públicos.

Outra medida anunciada pelos parlamentares foi a fusão da Secretaria Integrada de Saúde com a Secretaria de Gestão de Pessoas.

— Publiquei, na semana passada, um detalhamento da racionalidade administrativa do Senado e das medidas, continuadas hoje, de corte de funções, de serviços, de redução de despesas e de fusão de órgãos e de diretorias que, eventualmente, cumpram o mesmo papel — disse Renan.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência)

Kátia Abreu critica efeito cascata nos reajustes

A relatora, Kátia Abreu, explicou em pronunciamento no Plenário que a comissão também quer acabar com o efeito cascata, que faz com que servidores dos estados tenham reajuste automático sempre que os ministros do STF recebem aumento salarial. Ela afirmou que isso precisa ser corrigido porque tem causado sérios problemas às finanças estaduais. Os reajustes devem respeitar o orçamento do governo local, disse a senadora.

— O desejo de aumento de salário não pode ser maior do que a Constituição e não pode ser maior do que a necessidade orçamentária dos estados.

Restrições ao foro privilegiado estão na pauta de colegiado

Duas propostas que restringem o foro privilegiado para agentes públicos prometem movimentar as discussões na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na próxima semana, deve voltar à pauta a proposta de emenda à Constituição que impõe a perda do foro privilegiado para todas as autoridades brasileiras, incluindo o presidente da República, na prática de crimes comuns (PEC 10/2013). Na fila de votação, também está a PEC 11/2016, que retira a prerrogativa para os agentes públicos não eleitos (como ministros) nas infrações penais comuns.

De autoria do senador Alvaro Dias (PV-PR), a PEC 10/2013

tem voto favorável, na forma de substitutivo do relator, Raulo Rodrigues (Rede-AP).

Pela proposta, as autoridades vão manter o foro privilegiado apenas nos crimes de responsabilidade, que são aqueles cometidos no exercício do cargo público, como delitos contra direitos políticos, individuais e sociais; contra a segurança interna do país; contra a probidade administrativa; e contra a lei orçamentária. Nesses casos, continuarão a ser processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Randolfe acredita que o julgamento pela Justiça de primeiro grau de crimes comuns cometidos por agentes públicos vai acelerar a respon-

sabilização desses delitos.

O autor da PEC 11/2016, senador Lasier Martins (PDT-RS), compartilha dessa opinião. Ele observa que, além de atolados de processos, os tribunais superiores têm outras dificuldades práticas para lidar com causas penais comuns. Isso acaba por provocar omissão ou retardamento dos julgamentos e reforça a sensação de impunidade que gera revolta nos cidadãos, diz Lasier na justificativa da proposta.

Exceções

A PEC 11/2016 desloca para a Justiça Federal a competência para processar e julgar, nos crimes comuns, não só os ministros de Estado, mas também

os chefes de missão diplomática de caráter permanente e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Ao mesmo tempo em que proíbe foro privilegiado para agentes públicos não eleitos nos crimes comuns, a PEC 11/2016 livra da regra os membros da magistratura, do Ministério Público, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). Esses, ao lado dos ocupantes de cargos eletivos, continuariam a ser processados e julgados pelo STF nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

O Supremo também manteria sob sua alçada o julgamento de ministros de Estado e comandantes da Marinha, do

Exército e da Aeronáutica nos crimes de responsabilidade.

“Parece-nos que a prerrogativa de foro deve ser restringida progressivamente. O princípio da igualdade de todos perante a lei imporá, em seu devido tempo, que a prerrogativa de foro seja extinta com relação a todos”, justifica Lasier.

O parlamentar ressaltou que as constituições estaduais poderão ser alteradas para impor aos secretários estaduais o mesmo tratamento dado a ministros. A PEC ainda não teve relator indicado na CCJ.

Depois de passar pela comissão, as duas propostas serão submetidas a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Segundo especialistas, para uma maior participação feminina na política é necessária mudança na formação dos brasileiros, nos partidos, na legislação e nas políticas afirmativas

País precisa de mulheres na política, diz debate

A NECESSIDADE DE se estimular nas escolas, nas famílias, nos meios de comunicação e nos partidos a formação permanente de mulheres para atividades públicas foi apontada em audiência promovida ontem pela Procuradoria da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. As debatedoras pediram políticas afirmativas para fortalecer a participação feminina na sociedade.

A mediadora, Regina Sousa (PT-PI), lamentou que ainda sejam muito restritos os espaços para mulheres. Para ilustrar, ela contou que o Plenário do Senado, onde ocorrem as principais decisões da Casa, foi construído sem a previsão de banheiro feminino.

— Isso mostra que não se pensava que seriam eleitas senadoras — disse.

Apesar das conquistas das mulheres nas últimas décadas, a senadora disse ser preciso ampliar a presença feminina no Legislativo. Dados mostrados por Flávia Biroli, professora da Universidade de Brasília (UnB), revelam que são ocupadas por homens 91% das cadeiras na Câmara dos Deputados, 88% nos legislativos estaduais e 86% nas câmaras de vereadores.

A pesquisadora mostrou que



Procuradoria Especial da Mulher realizou audiência sobre gênero e eleições, coordenada por Regina Sousa (4ª à dir.)

nenhuma mulher foi eleita em número expressivo de assembleias municipais, nas últimas eleições.

— Em mais de um quarto das câmaras legislativas do país, teremos apenas homens legislando — lamentou.

Contradição

Olgamir Amancia, também professora da UnB, disse que houve redução no número de candidatas na última disputa eleitoral, “o que é uma contradição frente ao crescente papel feminino na sociedade”.

Os caminhos para reverter esse quadro, opinou, passam por uma divisão mais igualitária nas tarefas domésticas e na criação dos filhos, pelo estímulo permanente e por

mudanças na legislação.

Ela apoiou proposta defendida pela procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), de implantar o sistema de lista de candidatos e candidatas pré-ordenada fechada pelos partidos, com alternância de gênero, nas eleições para deputados e vereadores.

A professora afirma que, nos países onde o sistema foi adotado, foi expressivo o aumento da presença feminina na política.

Obstáculos

Na opinião de Gabriela Cruz, da Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, obstáculos a uma maior participação feminina começam

ainda na educação dada pelas famílias às meninas.

— A mulher não é criada para assumir espaços públicos, mas para ficar dentro de casa — afirmou.

Ela ressaltou ainda que as dificuldades são maiores para as mulheres negras, que enfrentam preconceito e desqualificação.

— Foram 354 anos de escravidão no Brasil, a mulher negra veio na condição de escravizada, assumiu espaços domésticos e sempre enfrentou resistência para ocupar espaços de poder — observou.

Gabriela Cruz considera que os partidos políticos buscam a participação feminina apenas para cumprir exigências eleitorais nas campanhas, mas

não reconhecem as mulheres como protagonistas.

Na avaliação da diplomata Marisa Nogueira, o mundo vive uma onda conservadora, que se revela, como exemplificou, na vitória de Donald Trump, um candidato com manifestações machistas e racistas, nas eleições dos Estados Unidos.

Impacto

Ela lamentou que o debate sobre igualdade de gênero no Brasil quase sempre ocorra apenas entre mulheres. Para Marisa, ainda não há o entendimento de que o tema tem impacto para o país como um todo, para toda a sociedade.

— Isso não é um discurso retórico. Há diversos estudos importantes que mostram os efeitos negativos das discriminações de gênero e racial no desenvolvimento dos países.

Segundo ela, a situação está se transformando entre a nova geração, onde é maior o engajamento de homens na luta pela igualdade de gênero, conforme Eunice Borges, representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil.

— Existe um movimento de resistência e de resiliência muito forte, de jovens, meninas e meninos, que estão lutando pela igualdade e pelos direitos humanos — disse.

Collor pede regulamentação de lei sobre dívidas de produtor nordestino

A regulamentação da lei que prevê a renegociação das dívidas de produtores rurais nordestinos



netário Nacional a prorrogação das dívidas contratadas depois de 2011, e que já venceram ou estão por vencer até 2018. Segundo Collor, até os Ministérios da Integração Nacional e da Agricultura apoiam essa medida.

— A seca, como sabemos, gera danos gravíssimos à região, sobretudo na área social em que se constata queda da renda pela baixa atividade agropecuária.

O senador também cobrou do Conselho Mo-

Simone Tebet lembra os 10 anos da morte do pai, ex-presidente do Senado

Simone Tebet (PMDB-MS) lembrou os 10 anos da morte de seu pai, o ex-senador Ramez Tebet, que presidiu o Senado de 2001 a 2003.

A senadora destacou que Ramez Tebet começou a vida política como prefeito de Três Lagoas, assumindo depois os mandatos de deputado estadual, vice-governador e governador de Mato Grosso do Sul, senador, e ministro da Inte-



gração Regional do governo de Fernando Henrique Cardoso.

— Os que o conheceram, dele guardam algumas características. Para uns, a vocação para o diálogo. Para outros, a firmeza de suas convicções, sempre democráticas. Outros, advogados como ele, promotor de Justiça como ele foi, lembram até hoje dele com a característica que ele tinha do amor pela justiça — disse.

José Aníbal condena protestos ocorridos na Câmara dos Deputados

“Protestos agressivos de extremistas que afrontam as instituições não fazem bem à democracia”, afirmou José Aníbal (PSDB-SP).

O senador criticou a manifestação que aconteceu na tarde de quarta-feira no plenário da Câmara dos Deputados, onde um grupo de cerca de 50 pessoas gritou palavras de ordem depois de invadir à força o espaço.

Para Aníbal, esses pro-



testos e os que ocorreram na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em escolas e universidades, não vão ajudar o país a sair da crise.

Muitas dessas manifestações são em protesto contra a PEC que fixa limite aos gastos públicos e à MP que reformula o ensino médio. Mas, de acordo com o senador, os autores desses protestos não apresentam propostas alternativas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para ministro, teto não será problema na saúde

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, Ricardo Barros disse que a PEC que limita gastos públicos não reduzirá recursos da área, pois a proposta define um piso de 15% da receita

A SAÚDE E a educação “não perdem nada” com a PEC do Teto de Gastos, disse ontem o ministro da Saúde, Ricardo Barros. Ele defendeu a proposta (PEC 55/2016) em uma audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O objetivo da reunião era ouvir do ministro um balanço de sua gestão, iniciada em maio, quando Michel Temer assumiu a Presidência da República interinamente.

— A PEC estabelece um piso de 15% da receita corrente líquida para a saúde; não tem teto. Quem vai estabelecer um teto serão os senhores aqui no Congresso, e saúde e educação sempre receberam acima dos pisos determinados — disse Barros.

Ele afirmou que a aprovação da PEC agora se dá devido à crise econômica, mas nada impediria o Congresso de no futuro fazer nova mudança no regime fiscal do país, em caso de retomada do crescimento.

O ministro defendeu a PEC após uma manifestação do deputado Adelmo Carneiro (PT-MG), que disse que o gasto per capita em saúde sofreria uma queda nos 20 anos de vigência da medida, devido ao aumento da população prevista durante esse período.

Para o ano que vem, Barros ressaltou que o orçamento do ministério previsto na proposta enviada ao Congresso chegará a R\$ 115 bilhões, significando R\$ 1,7 bilhão a mais que o mínimo hoje previsto na Constituição (13,2% da receita corrente líquida).

Entre os méritos de sua gestão, o ministro citou o descontingenciamento de R\$ 6,3 bilhões no Orçamento de 2016 — conseguido, disse ele, a partir de um entendimento com a equipe econômica — que possibilitou o pagamento em dia de compromissos com estados e municípios no financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Barros lembrou ainda a determinação que recebeu do presidente Michel Temer de

maximizar os investimentos da pasta por meio da eficiência na gestão. Com isso em mente, a economia verificada desde que tomou posse teria chegado a R\$ 1,059 bilhão, o que, no seu entender, contribuiu para que mais de R\$ 1 bilhão fosse reinvestido na saúde pública.

Barros citou, dentro desse “reinvestimento”, a habilitação de 99 UPAs (unidades de pronto atendimento) que estavam funcionando sem cofinanciamento federal, passando a receber R\$ 182 milhões por ano.

— E 1.401 serviços de saúde em 216 entidades filantrópicas, santas casas e hospitais que não tinham o cofinanciamento federal agora passam a receber R\$ 372 milhões por ano. Estamos também investindo R\$ 227 milhões na produção da vacina meningocócica com recursos economizados — garantiu.

Ele ainda disse que a pasta está adquirindo 7,4 milhões a mais de unidades de medicamentos, no valor de R\$ 222 milhões.

Exemplos

O ministro citou também a economia que obteve na renegociação de 38 contratos de informática, possibilitando redução de gastos de R\$ 80,8 milhões por ano. Disse ainda que conseguiu poupar até 39% na compra de medicamentos.

— Dos 33 contratos que negociamos, nenhum atingiu o índice de reajuste autorizado para o setor, que foi de 12,5%. Nas negociações em real, obtivemos um desconto médio de 7% no valor unitário, e nas negociações em dólares, de 17% — informou.

No que se refere às santas casas, Barros lembrou o pagamento de emendas represadas no valor de R\$ 141,1 milhões para 255 instituições.

O ministro informou que dentro de 60 dias todos os municípios deverão adotar o prontuário eletrônico no atendimento aos pacientes.

— Pode ser o sistema do Ministério da Saúde (e-SUS



Barros (2º à esq.) faz balanço da gestão: ministro destacou descontingenciamento e economia com revisão de contratos

AB) ou um próprio, desde que transmita informações à rede nacional. O pagamento do PAB Variável (incentivos para o custeio de ações especiais no campo da atenção básica) fica condicionado à implantação do prontuário eletrônico e à integração das informações — disse.

O PAB Variável transfere cerca de R\$ 10 bilhões por ano por meio de programas como Saúde da Família, Brasil Sorridente, Saúde na Escola, Pré-Natal e outros.

Políticas públicas

Entre as políticas que tem conduzido no ministério, Barros destacou a compra de repelentes para gestantes do Bolsa Família, cujo montante deve ficar em torno de R\$ 300 milhões por ano. Informou também ter aumentado as destinações ao PAC Saneamento de R\$ 55 milhões para R\$ 220 milhões a partir do ano que vem.

No que se refere à revitalização do Rio São Francisco, disse que serão investidos R\$ 145 milhões em 44 empreendimentos de abastecimento de água e R\$ 370 milhões para obras de esgotamento sanitário por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

— O orçamento da Funasa pra 2017 é de R\$ 940 milhões, 89% a mais que hoje — disse

Comissão aprova relatório que aumenta previsão de receitas do Orçamento de 2017

Além da reunião com o ministro da Saúde, a CMO aprovou ontem o relatório de Receitas para 2017. O parecer foi feito pelo deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) e elevou a arrecadação federal do próximo ano em R\$ 13,2 bilhões, totalizando R\$ 1,407 trilhão. A proposta orçamentária original previa R\$ 1,393 trilhão.

Do acréscimo aprovado, R\$ 10,1 bilhões representam receita para o governo federal. O restante (R\$ 3,1 bilhões) será transferido para estados e municípios. Os R\$ 13,2 bilhões a mais decorrem da previsão de arrecadação com a reabertura do prazo de regularização de ativos movimentados por brasileiros fora do país.

Durante a reunião, a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) apontou um caráter “não realista” na previsão de receitas. Ela lembra que o montante aprovado pela comissão aponta para crescimento de 10,1% na arrecadação, algo no seu entender “bastante superior” a projeções de mercado que apontam, no cenário mais otimista, aumento de 6,58%.

— Desde 2008, o país, o Congresso e esta comissão trabalham com projeções que depois não serão atingidas, gerando problema de credi-

bilidade — disse Lúcia Vânia.

Em resposta à senadora, Vilela garantiu que as projeções do relatório, desde a proposta original enviada pelo governo, baseiam-se num cenário de “realismo fiscal” que também seria o cerne da proposta de teto de gastos para o setor público, hoje em tramitação no Senado (PEC 55/2016).

A próxima fase da tramitação da proposta orçamentária é a apresentação do relatório preliminar, a cargo do senador Eduardo Braga (PMDB-AM). O relatório deverá indicar como a receita de R\$ 10,1 bilhões será usada. Deverá indicar também as condições e restrições que deverão ser obedecidas pelos 16 relatores setoriais e pelo relator-geral no remanejamento das dotações da proposta.



Para Lúcia Vânia, arrecadação prevista pode estar superestimada

Proposta inclui saneamento básico entre direitos sociais previstos na Constituição

O saneamento básico poderá passar a ser um direito previsto no texto constitucional. A PEC 2/2016, apresentada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), modifica o artigo 60 da Constituição e torna o saneamento um direito social, assim como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, alimentação, previdência social e segurança.

Levantamento do Instituto Trata Brasil, com base nos dados de 2014 do

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, mostrou que metade da população brasileira não tem esgoto coletado em casa e que cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso a água tratada, aponta o senador.

Randolfe destaca que a falta de saneamento básico causa graves problemas de saúde à população. O site Portal Saneamento Básico listou uma série de doenças decorrentes do não

tratamento de água e esgoto. Entre elas, febre amarela, hepatite, leptospirose e febre tifoide, além de infecções na pele e nos olhos.

O parlamentar acrescenta que, embora esteja ligado ao direito à saúde, o saneamento básico é esquecido, daí a necessidade de ser tratado como um direito social próprio, para que políticas públicas sejam desenvolvidas de forma mais específica.

“As consequências têm sido muito graves para a qualidade de vida da população, principalmente da parcela mais empobrecida. Nas periferias, nas regiões interioranas e nos grandes centros populacionais, a falta de saneamento básico é problema central para a falta de saúde”, afirma Randolfe.

A PEC 2/2016 aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segurado de plano de previdência aponta abuso

Aumento de mais de 300% na contribuição levou beneficiários do Fundo Banespa de Seguridade Social a protestarem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos

PARTICIPANTES DE UM dos planos de previdência do Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev) protestaram na Comissão de Direitos Humanos (CDH) contra cobrança de contribuições extras para cobertura de deficit e pagamento de aposentadorias futuras. Eles alegam que os integrantes do Plano 2 estão sendo obrigados a arcar com aumento de cobranças muito acima do esperado.

Segundo o presidente da Associação dos Funcionários do Grupo Santander Banespa, Camilo Fernandes dos Santos, quem contribuía mensalmente com R\$ 132 agora paga mais de R\$ 500. Quem pagava na faixa de R\$ 30 passou a ter que cumprir com mais de R\$ 250.

O Banespa foi um banco do estado de São Paulo federalizado em 1995. Em novembro de 2000, foi saneado com recursos do Tesouro Nacional e vendido em leilão público ao Banco Santander, multinacional de origem espanhola.

— Estamos prestes a completar 16 anos da privatização do Banespa. Antes, estudos já apontavam para possíveis problemas no Plano 2. O Santander, que comprou o Banespa, sempre prefere judicializar. Não vamos aceitar solução que traga prejuízo aos trabalhadores e aposentados.

O representante da Associação dos Funcionários Aposentados do Banespa (Afabesp), Eros Antonio de Almeida, disse que o problema é causado pela recusa do Santander em pagar o chamado serviço passado, que permitiria a quitação dos prejuízos do Plano 2, quando



Comissão de Direitos Humanos, presidida por Paim (4º à esq.), debateu a cobrança de elevadas contribuições de funcionários e aposentados do Banesprev

passou a receber beneficiários do Plano 1.

— No Plano 1, o patrocinador, o banco, era responsável por tudo, não havia contribuição dos trabalhadores. No Plano 2 é diferente, há participação das duas partes. O resultado é que muitos colegas se aposentaram pelo Plano 2 com pouco tempo de contribuição. Quem migrou trouxe apenas o passivo. O Plano 2 passou a ser responsável por algo pelo qual não tinha reserva matemática. A responsabilidade é do patrocinador — explicou.

Deficit

Conselheiro do Banesprev, Walter Antonio Oliveira informou que o deficit atual é de R\$ 1,7 bilhões, “valor alto e difícil de ser pago”.

— Sem aporte do serviço passado, fica difícil manter.

Para o secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS), Ademir Wiederkehr, o edital de privatização do Banespa foi muito generoso

com o comprador e negligente com o trabalhador.

— As consequências estão vindo agora. O Santander é um banco muito lucrativo. No ano passado, lucrou mais de R\$ 6 bilhões e, este ano, possivelmente vai lucrar mais. O banco tem dinheiro e, aliás, manda boa parte dele para a Espanha. Como uma instituição com um lucro desses mantém funcionários e aposentados arcando com contribuições insuportáveis? — indagou.

O presidente do Banesprev, Jarbas Antonio de Biagi, disse que o Plano 2 é excelente e seguro, pois se encontra lastreado quase que totalmente em renda fixa e em bons títulos. Todavia, reconheceu que está “um pouco doente”, e o remédio é o aumento da contribuição por parte do banco e dos participantes.

— Todos vão se aposentar, a menos que não queiram. O plano é excelente, com benefícios vitalícios e fiscalizações rotineiras que atestam que está tudo correto e não temos

nada pendente. Um gestor de plano de previdência tem que prestar contas sempre que for chamado. Não há qualquer maquiagem nos números da Banesprev — garantiu.

Impasse

O representante do Santander, Alessandro Tomao, afirmou que a empresa vem honrando seus compromissos, depositando suas contribuições extraordinárias em dia e nunca se opôs às definições dos participantes do fundo previdenciário.

Para ele, a “doença” do plano não se deve ao serviço passado, que, aliás, nem estava previsto no edital de privatização do Banespa ou na constituição do Plano 2. Ele acredita que os fatores prejudiciais ao fundo foram o aumento da expectativa de vida, a baixa rentabilidade dos ativos, o aumento das aposentadorias e a reforma da previdência do fim dos anos 90.

Diante do impasse, o presidente da CDH, Paulo Paim

(PT-RS), propôs que as partes realizem uma nova rodada de negociação nos próximos 15 dias para tratar do pagamento do serviço passado, com a intermediação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Entre os assuntos em pauta, também vai estar o pagamento de abono de R\$ 3,5 mil, acertado depois da greve dos bancários encerrada em outubro.

Homenagem

Durante a audiência, o senador recebeu uma homenagem do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Tocantins, pela atuação parlamentar para o fortalecimento da instituição e também na defesa das causas sociais.

Ele lembrou que, no ano passado, a CDH realizou 150 audiências públicas. A reunião de ontem foi a de número 101 deste ano.

— A audiência é o momento de dar visibilidade a temas de interesse do país — disse.

Brasil deve ampliar exportações para Grécia, propõe diplomata

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Cesário Melantonio Neto para o cargo de embaixador brasileiro na Grécia. O nome dele precisa ser aprovado pelo Plenário do Senado.

Antes da votação, Melantonio Neto foi sabatinado pelos senadores, que quiseram saber que medidas o Brasil pode adotar para que não se repita no país o cenário de recessão profunda pelo qual passa a nação europeia. Para o diplomata, é difícil comparar a crise brasileira com a grega, mas ele garantiu que dará prioridade à busca de informações que ajudem o Brasil a sair da recessão.

—É difícil comparar, dada evidentemente a diferença de superfície, população e produto interno bruto. Dedi-

carei prioridade a esse tipo de informação — assinalou.

Segundo Melantonio Neto, a Grécia começa a dar sinais de recuperação e pode fechar o ano com crescimento econômico de 0,6%. O país adotou um pacote de austeridade que inclui a redução de pensões e aumento de impostos, uma exigência dos credores internacionais em troca de resgate financeiro.



O nome de Melantonio foi aprovado após a sabatina e agora segue para Plenário

— A posição do Brasil tem sido no sentido de reconhecer os esforços envidados por Atenas — observou.

Nas relações comerciais, o Brasil mantém superavit estrutural nas trocas de produtos com a Grécia. Em 2015, foram US\$ 117 milhões de exportações, com destaque para café, fumo e açúcar, contra US\$ 48 milhões de importações de produtos da Grécia, que

incluem nafta para petroquímica, mármore e cimento.

Antes da crise grega, contudo, o Brasil chegou a exportar cerca de US\$ 300 milhões em produtos. Um dos desafios da missão brasileira, como ressaltou o embaixador, é

justamente incrementar os laços comerciais com a Grécia.

— Uma das ideias para o plano de trabalho, caso aprovado pelo Senado, é fazer um esforço para retomar as exportações brasileiras — disse Melantonio Neto.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br